

INICIATIVAS DA AÇÃO PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAR E LETRAR JOVENS E ADULTOS: REMEMORANDO O PASSADO AOS DIAS DE HOJE

Maria Cleoneide de Souza Santos
Maria de Fátima Aires Andrade
Valéria Vieira Pereira

Alunas do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação,
Campus Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN).

RESUMO

Este artigo é fruto da disciplina Práticas Pedagógicas Programadas III (PPP's), do 4º período de do Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação, *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e orientado pela professora desta universidade, assistente II, Sheyla Fontenele. Com o objetivo de identificar as iniciativas da ação pedagógica de alfabetizar e letrar jovens e adultos no bojo da história passada aos dias de hoje. O texto compreende três momentos. O primeiro apresenta uma breve discussão sobre a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA). O segundo abordará considerações sobre a distinção dos termos alfabetização e letramento, e reflexões destes contextos na visão de Freire. O último momento é marcado pelos resultados de uma breve pesquisa de campo visando conhecer um pouco das “falas” de uma professora e uma alfabetizanda do Programa Brasil Alfabetizado no município de Ereré/Ceará (CE) para verificar o resultado da ação do referido programa do ponto de vista do ensino e da aprendizagem. Para a realização deste artigo, utilizamos como procedimento de coleta dos dados uma entrevista com questões semi-abertas. Nos respaldamos teoricamente nos estudos de Albuquerque (2010); Freire (1996); Gadotti (2003); Macedo (2008); Soares (2008). Mediante as análises e estudos realizados pode-se compreender que as iniciativas pedagógicas de alfabetização proporcionam aos alfabetizandos a oportunidade de se alfabetizar ou dar continuidade aos seus estudos, mas que ainda estamos distantes de alfabetizar para o letramento, a fim de minimizar os índices do analfabetismo funcional em nosso país.

Palavras-Chaves: Alfabetização. Letramento. Educação de Jovens e Adultos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho intitulado **“Iniciativas da ação pedagógica de alfabetizar e letrar jovens e adultos: rememorando o passado aos dias de hoje”**, versa sobre a alfabetização de jovens e adultos que é o ponto fulcral do nosso texto. Buscamos tecer de forma sucinta aspectos epistemológicos relevantes que vão desde a história dessa educação até a experiência de ensino e aprendizagem de uma professora e uma aluna do Programa Brasil Alfabetizado.

A intenção de trabalhar com a temática surgiu mediante questionamentos levantados a partir da disciplina de Práticas Pedagógicas Programadas III (PPP's), do 4º Período do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, *Campus* Avançado Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia/CAMEAM, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E foi orientado pela professora desta universidade, assistente II, Sheyla Fontenele.

Este trabalho está estruturado em três momentos. O primeiro apresenta uma discussão sobre a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA). O segundo abordará considerações sobre a distinção dos termos alfabetização e letramento. O último momento é marcado metodologicamente pela pesquisa de campo, bibliográfica e documental.

Bibliograficamente nos respaldamos nos estudos de: Albuquerque (2010); Freire (1996); Gadotti (2003); Macedo (2008) e Soares (2008).

Entendemos que este estudo configurou-se como relevante inicialmente pelo fato de introduzir as alunas no campo da pesquisa, mas também por permitir uma breve excursão neste campo ainda tão árido de compromissos políticos que é a alfabetização e o letramento na EJA.

1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Relatar sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, não se constitui uma tarefa fácil, principalmente porque devemos levar em conta que o Brasil é um país de grande extensão e bastante diversificado culturalmente. E que, portanto, em detrimento desta condição e desde o período colonial, as experiências de alfabetização de jovens e adultos tem se dado de maneiras diferentes nas diversas capitânicas, províncias e estados da federação, na medida em que esta história foi se constituindo.

Durante o período colonial e sob forte influência da ação dos jesuítas, o ensino da leitura e da escrita era dirigida aos adultos indígenas através do método “catequético”, que se

configurava numa intensa ação cultural e educacional, embora os jesuítas priorizassem o ensino para as crianças.

Nesse processo de alfabetização, diversos materiais foram produzidos como subsídio para a catequese e instrução dos indígenas, dentre esses subsídios destacam-se: as gramáticas tupis, os catecismos ou doutrinas (ALBUQUERQUE, 2010).

Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal no ano de 1759, poucas experiências significativas restaram em relação à alfabetização de jovens e adultos, pois, a Reforma Pombalina visava o ensino secundário através de aulas régias. Essas aulas eram avulsas, sustentadas pelo imposto colonial, mais conhecido como “subsídio literário”, que deveria suprir as disciplinas ofertadas nos colégios extintos e que só participavam dessas aulas uma minoria da população colonial, a elite.

Durante o século XIX, surgiram muitas discussões nas assembléias provinciais, para solucionar sobre como se daria a inserção das camadas pobres da sociedade (homens e mulheres livres, negros e negras, escravos livres) nos processos de instrução. Foi quando boa parte das províncias adotaram políticas de instrução para jovens e adultos. Nestas políticas, é importante informar que os conteúdos que ensinavam, refletiam um conjunto de saberes para todos os alunos e conhecimentos diferenciados para meninos e meninas, para as escolas rurais e para os adultos. Essas aulas destinadas aos adultos eram mistas e baseavam-se em um currículo diferente para homens e mulheres. Para as mulheres eram ensinado dotes domésticos, higiene, assim como os deveres da mulher na vida familiar e na vida prática.

Neste período, a principal finalidade do ensino para adultos era a “civilização” das camadas populares, principalmente as urbanas, em que a educação era considerada o melhor caminho para o progresso das “almas” e inserção destas na sociedade.

Em 1879 surge a reforma de ensino denominada de Leôncio de Carvalho, que tinha em vista a necessidade de promover cursos elementares noturnos, pois, acreditava-se que a restrição ao voto do analfabeto contribua para o progresso da educação.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas mobilizações, em varias esferas sociais, no que concerne a alfabetização de adultos, nesse período foram criadas ligas, como em 1915, a denominada “Liga Brasileira contra o Analfabetismo”, que pretendia se caracterizar como um movimento eficaz no combate a ignorância e dessa forma estabilizando as instituições republicanas.

Desse modo, compreendemos que o analfabetismo de jovens e adultos no Brasil, foi tido pela sociedade como um fenômeno natural. O fato é que, para sair desta situação, o povo

necessitava de intelectuais da elite, o que por sua vez, parece algo contraditório, já que esta mesma elite era em parte responsável por esta mesma circunstância.

Durante o limiar do século XX surgem inúmeras iniciativas pensadas na intenção de reduzir a enorme taxa de analfabetos no Brasil. Algumas mais simples, tais como o caso da publicação dos folhetos de cordel, que eram lidos pelo próprio vendedor nas feiras, ou em reuniões coletivas, onde ocorriam narrações de contos e cantorias.

Muitas foram às campanhas para alfabetizar jovens e adultos, dentre tantas faremos referência à Campanha Nacional de 1947 a 1963 que se constitui na criação de dez mil classes de alfabetização, com uma boa infraestrutura nos estados e municípios para atender a educação de jovens e adultos, houve a produção de vários tipos de materiais pedagógicos, com cartilhas, livros de leitura e folhetos diversos. Essa campanha enfrentou críticas por parte dos próprios engajados (MACEDO, 2008).

Entre os anos de 1950 a 1960 entra no auge a alfabetização nos movimentos de cultura popular como: Movimento de Educação de Base (MEB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife, os Centros Populares de Cultura (CPCs), organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e De Pé no Chão Também se Aprende a Ler em Natal:

Esta foi criada pela prefeitura de Natal em 1961, assentada no método de alfabetização do pernambucano Paulo Freire (6), que se propunha a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos. A experiência resultou na própria evolução da rede municipal, decorrente de que a comunidade considerava o analfabetismo como o problema que necessitava maior atenção. Os comitês de bairro, envolvidos neste processo, passaram a buscar soluções, tais como: multiplicação de escolinhas, aproveitamento de terrenos baldios onde eram construídos galpões que serviam como salas de aula (dando origem aos chamados “Acampamentos”) (MACEDO, 2008, p.40).

Esses movimentos foram organizados pela sociedade civil com o objetivo de erradicar o analfabetismo de mais de 50% da população.

Em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) recruta qualquer pessoa que soubesse ler e escrever. Entretanto, seus materiais didáticos eram semelhantes aos dos movimentos culturais e de educação, partiam da realidade dos alunos para ensinar padrões da língua portuguesa. Em 1985 o MOBRAL é extinto com a nova república e o fim do regime militar surgindo a Fundação Educar. Essa Fundação é parte do ministério da educação e exercia atividades de supervisão e acompanhamento junto às secretarias que recebiam recursos para execução de seus programas. Teve pouca duração, pois em 1990 com o governo Collor deixou de existir e não foi criada nenhuma outra que assumisse suas funções.

Entretanto, surge o Programa de Alfabetização Solidária como projeto piloto em 1997, nos 38 municípios que, no censo de 1991 do IBGE, tinham as maiores taxas de analfabetismo. Na intenção de promover juntamente com as universidades a formação de núcleos, denominados “Comunidade Solidária”. Para criação destes núcleos era necessário: selecionar professores, criar propostas curriculares, materiais pedagógicos e de divulgação do projeto a nível nacional (MACEDO, 2008).

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal artigo 208, Inciso I, que estendeu o direito a educação para aqueles que ainda não haviam freqüentado ou concluído o ensino fundamental. Nesse período muitas experiências passaram a ser desenvolvidas em universidades e organizações não governamentais.

Chegamos ao século XXI, com programas como o “Brasil Alfabetizado”, mais explicitado adiante na pesquisa de campo. Programas que apesar de bem intencionados, ainda não dão conta de minimizar o índice de analfabetismo no Brasil, que em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1 (um) em cada 5 (cinco) brasileiros, o correspondente a 20,3% da população brasileira é analfabeta funcional. Logo, são estes brasileiros com quase nenhuma *letracia*, que compõem a demanda da EJA no Brasil.

Portanto, muitas das experiências de alfabetização de jovens e adultos, se organizaram através de campanhas, tidas como ações emergenciais que buscavam amenizar os índices de alfabetismo no país. Muitas dessas ações foram desempenhadas de improviso por pessoas que não tinham os saberes necessários para essa tarefa, a maioria desses alfabetizadores apenas sabia ler e escrever assumia tal responsabilidade pelo fato de ganhar algo em troca.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO DE EDUCAR JOVENS E ADULTOS

A história demonstra que para ser alfabetizador não havia exigências especiais quanto à formação inicial, o que nos confere um número significativo de alfabetizadores que não possuem conhecimentos fundamentais para alfabetizar jovens e adultos. O que nos preocupa particularmente, pois alfabetizar jovens e adultos necessita de conhecimentos diversificados, específicos para o atendimento deste público alvo. Conhecimentos que, inclusive, envolvem a área da Andragogia, campo de estudos que envolve a arte de ensinar adultos, criada na década de 70, do século XX, por Malcolm Knowles.

Referente à construção da *lectoescrita* de jovens e adultos, é um processo que acontece gradativamente, vai desde a antecedência de sua entrada na escola até processos mais

complexos de cognição, e envolvem a compreensão das práticas de leitura e escrita no contexto social, até porque, jovens e adultos enfrentam dificuldades maiores do que as crianças para aprender, eles têm que acelerar os níveis de desenvolvimento (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético) em pequenos espaços de tempo.

É preciso, entretanto, para compreender o contexto que envolve o aprendizado da *lectoescrita*, se faz necessário recuperar a definição dos termos “Alfabetização e Letramento”. Segundo Soares (2008) “alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (p. 15). Sendo entendida desta forma, como um processo em que o sujeito consegue se apropriar das habilidades que envolvem a leitura e a escrita, estando este apto a essas práticas está alfabetizado.

Já o letramento está relacionado não só ao processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita, mas a interpretação deste código e o uso social deste (SOARES, 2008).

Soares (2008) defende ainda a ideia de que se deve “alfabetizar letrando”, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto social em que estas práticas estão envolvidas, de maneira que o indivíduo tornasse alfabetizado e letrado ao mesmo tempo, e em que possam realizar de forma utilitária a leitura de seu mundo.

Paulo Freire utiliza ideias de que alfabetizar é fomentar a “leitura de mundo”, em outras palavras letrar. É na experiência realizada em Angicos, no Rio Grande do Norte (RN), em que alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, no princípio do ano de 1963 que seu método, voltado para a cultura popular, conscientizava e politizava ao mesmo tempo, letrando e unindo política e educação, provocando a conscientização do indivíduo crítico reflexivo. Como afirma (FREIRE, 2011, p.27):

O método Paulo Freire não ensina repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade de vida, saber e poder dizer a sua palavra.

Dessa forma, entendemos que o método de Freire, proporcionava aos alfabetizados a condição de partir de palavras do seu contexto para formar outras novas. Este é um caminho para se “alfabetizar letrando”. Pois aproxima o jovem e o adulto da construção do processo de *lectoescrita*, levando em consideração a necessidade de saber, os conhecimentos de mundo, tratando-os como seres autônomos, capazes e responsáveis pelos caminhos de sua aprendizagem

3 DESCORTINANDO AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

A pesquisa de campo foi realizada numa escola em que se instituiu o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), no Município do Ereré/Ceará (CE). A ferramenta de coletas de dados consistiu-se numa entrevista semi-estruturada com questões abertas, direcionadas para uma alfabetizadora (45 anos) e uma alfabetizanda (62 anos) do Programa Brasil Alfabetizado.

O PBA é realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) desde 2003, destinado a educação de jovens, adultos e idosos. É uma porta de acesso para quem nunca estudou ou não concluiu as séries iniciais do Ensino Fundamental. Este programa é desenvolvido em todo território nacional. Considerado promotor da cidadania com objetivos de formar sujeitos livres, autônomos, capazes de intervir nos processos políticos e culturais.

Na intenção de subsidiar a análise das entrevistas, nos respaldamos teoricamente nos estudos de: Gadotti (2003), Scárdua (2006) e Freire (1996).

3.1 O professor alfabetizador e sua prática

Ao analisarmos a entrevista da alfabetizadora, detectamos na primeira indagação que a prefeitura seleciona alfabetizadores para participar do programa através de duas etapas: a primeira é realizada uma prova para avaliar os conhecimentos e na segunda encontramos indícios da participação de políticos na escolha dos alfabetizadores, ou seja, aconteceu um tipo de “apadrinhamento político”. Como afirma a alfabetizadora:

A prefeitura municipal de Ererê no ano de 2009 promoveu uma espécie de seleção para encontrar alfabetizadores e estes pudessem participar e assim diminuir o índice de analfabetos na cidade, essa seleção é composta de duas etapas em que o que constava na primeira era uma prova, que avaliaria os conhecimentos dessa área tão nova, na alfabetização. Passei por essa etapa e em seguida aconteceu “um disse me disse” que era para que alguém falasse de você, e você precisava condizer com o que foi dito (ALFABETIZADORA, 2011.2).

Percebemos, que o tipo de seleção para alfabetizadores realizada não obedece a critérios lícitos de avaliação mediante o exposto, parecendo evidenciar-se interesses políticos de favorecimento. Percebe-se também que os sujeitos não possuem formação especializada para ensinar jovens e adultos, O que deveria ser considerado era o conhecimento especializado do alfabetizador para compreender as especificidades dos alunos, como explicita Scárdua (2006, p. 85):

Para poder conhecer seus educandos, suas culturas, linguagens, valores e expectativas de vida ele deve conhecer também a

comunidade que ele atua, ser sensível a seus problemas. Para isso ele tem que dominar alguns conhecimentos. O educador tem que se formar e ser informado, não apenas na sua relação dialógica, mas, em cursos de formação específica combinados com o curso de formação geral (*apud* GONH, 2000, p. 6).

Referindo-se a capacitação oferecida no município do Ereré pertencente ao Estado do Ceará (CE), a alfabetizadora afirma que “a capacitação foi maravilhosa, com professores excelentes que deram um norte para seguir. Foi de extrema importância e é até hoje”. Dessa forma entendemos que a formação oferecida atende as expectativas dos alfabetizadores e aos saberes necessários para ensinar esse público, mas, que o diferencial se dá a partir da *práxis* do alfabetizador, a forma como este vai trabalhar os métodos em sala de aula, de maneira que beneficie os alfabetizandos.

Mediante as expectativas que a alfabetizadora tinha para com o programa, percebemos que ela sentiu-se frustrada por não conseguir que os alunos aprendessem rapidamente, mas, salienta que a afetividade existente entre ambos foi bastante satisfatória, mas, não suficiente para que eles aprendessem. Confirmando que a afetividade no processo de ensino aprendizagem ajuda, mas, não é fator determinante na aprendizagem.

Questionamos se durante esse processo houve algum aluno que marcou a etapa do programa, ela evidenciou um que gostava de fazer repentes. Neste caso, o ideal seria levar em conta esse saber do aluno e trabalhar este, pois, na educação de jovens e adultos o estímulo com relação ao saber que os alunos trazem de suas realidades. Os conhecimentos prévios, já mencionados, permitem a articulação com o contexto sócio-histórico e cultural e são fatores primordiais na aprendizagem. É como afirma Freire (1996, p.30):

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas do poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à das gentes.

Essas e outras questões que o professor pode aproveitar do cotidiano dos alunos para desenvolver um belo trabalho em sala de aula.

Procuramos saber se a professora tinha elogios a fazer ao programa e sugestões de melhoria, ela enfatizou que:

Nesse programa pode-se perceber, algumas lacunas que precisam ser revistas, como aconteceu e acontece de faltar alguns recursos; o de material didático. No mais era muito gratificante ver alguém que não sabia o “A” do seu nome, escrever todo ele e mudar seus documentos de analfabeto (a) para o nome escrito (ALFABETIZADORA, 2011.2).

Vemos que a contribuição do programa foi satisfatório para aprendizagem dos alunos, mas, como ela mesmo disse há falta de materiais entre outros recursos, que na realidade sabemos que existe, como por exemplo: a localidade de ensino, o despreparo dos professores, pois, ainda há muito que se fazer. Como afirma Gadotti (2003, p. 4):

A escola atual não foi pensada como “*Escola de EJA*”. Por isso, precisa preparar-se para facilitar o acesso e a permanência do adulto. Essa preparação supõe: a) uma *estrutura* adequada da escola a EJA; b) um *projeto político-pedagógico* que inclua a EJA; c) uma *concepção de EJA* que estabeleça a sua especificidade não como uma carência (“suplência”) de algo, mas como uma “modalidade de educação básica (grifo do autor).

Desta forma, a experiência do referido programa ainda denota que o explicitado por Gadotti (2003), de que o ensino voltado para EJA não atende as necessidades básicas dos alunos, esse ensino como diz o autor deve garantir a permanência do aluno na escola e não só o acesso, a estrutura da escola deve ser adequada para o ensino da EJA, o Projeto Político Pedagógico quando existir deve incluir a EJA e que os sujeitos tenham consciência que esse ensino não é um tipo de carência, mas, um tipo de educação como qualquer outra.

3.2 A “voz” do aluno da EJA

Na entrevista com a alfabetizanda, questionamos se a participação dela nesse programa aconteceu involuntariamente ou se foi convocada a participar por alguém e que argumentos tal pessoa utilizou para convencê-la, ela afirmou que:

Eu tinha uma grande vontade de aprender a fazer meu nome, só que não sabia que a gente tinha que estudar tanta coisa para se fazer o nome da gente, uma tarde estava em casa e chegou uma mulher dizendo que ia ensinar e queria saber se eu gostaria de participar dessa turma que ela estava formando para ensinar? Então eu respondi que sim, ela pediu que nós os participantes providenciássemos os documentos para ela copiar na xérox e explicou que era uma oportunidade que a gente ia ter de aprender o nome e muito mais (ALFABETIZANDA, 2011.2).

Detectamos que a alfabetizanda possuía interesse em estudar, mas, nunca tinha procurado uma escola, foi quando apareceu uma alfabetizadora convidando-lhe a estudar e ela aceitou. Pensou que seria fácil aprender seu nome, mas, viu que necessitaria de uma gama de conhecimentos e esforço mental. Talvez este seja o grande motivo do desinteresse e

desistência dos alunos, pois, a aquisição da aprendizagem requer esforço e dedicação, que muitas vezes confronta-se com o trabalho e os afazeres domésticos, dificultando a aprendizagem.

Sobre o gosto e satisfação em ter participado do programa e se aprendeu algo que poderia levar para toda vida, ela respondeu que:

Eu queria mesmo era aprender meu nome, poder fazer a feira sozinha, comprar as coisas e ver se o troco estava certo e aprender cada vez mais. Cada dia que passava, eu percebia que era muito complicado a cabeça às vezes ficava confusa, só que eu queria realizar meu sonho que era escrever meu nome sozinha e deixar aquele costume de colocar o dedo no lugar da assinatura. Agora já sei escrever meu nome e agradeço por ter participado dessas aulas, que ainda vou terminar, minha família é grande, as pessoas que fazem parte dela algumas me apoiavam, mas,. As outras diziam depois de velho papagaio não aprende a falar (ALFABETIZANDA, 2011.2).

Diante do depoimento a entrevistada mencionou a importância do programa na sua vida que lhe proporcionou a oportunidade de poder escrever e fazer suas compras sozinhas como também poder assinar, enfim, percebe-se que para ela o programa foi muito gratificante.

Questionada sobre as suas maiores dificuldades em participar do programa de alfabetização, ela menciona o trabalho, mas, complementa que é preciso ter força de vontade para vencer as dificuldades, assim como ela mesma cita:

O tempo era pouco porque trabalhava demais e até hoje é, quem bem vai pensar que eu não estudo mais, mas, eu estou dizendo que no começo era assim, hoje eu ainda tenho dificuldades, mas, acredito que se a gente quer alguma coisa tem se acreditar e lutar. É isso que digo pra meus filhos estudem e continuem no caminho do saber (ALFABETIZANDA, 2011.2).

Essa vontade de aprender é algo útil na vida cotidiana, não é somente a preocupação de uma pessoa, mas, de muitas que querem aprender, essa condição é o que faz sermos seres pensantes, que buscam melhorias para o meio em que vivem. É como afirma Paiva (2004, p.5) “De outro lado, o aprender por toda a vida faz o homem ser mais, humaniza-o, potencializa sua condição de sujeito pensante, que interfere e transforma, com seu agir, o mundo”.

Da entrevista realizada, podem-se perceber vários aspectos, inicialmente a importância do retorno ao campo da escola para estes adultos que ficaram à margem dos estudos por anos. Observa-se ainda que eles mobilizam uma vontade hercúlea para sobrepujar as dificuldades do cotidiano e que, ao suplantarem as mesmas, reconhecem o valor da colheita, ou seja, do estudo na prática de seu cotidiano. Para eles, que ainda não despertaram que foram vítimas de um sistema excludente, ler e escrever é uma dádiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa compreendemos que a história de Jovens e Adultos no Brasil se configurou no resgate de uma “dívida social”, pois, ao longo do tempo essa educação assumiu caráter de campanhas de mobilização social, a fim de atender a demanda de analfabetos existentes no país, mas, que na realidade esse objetivo não foi totalmente realizado, por que o *déficit* os índices de analfabetismo funcional ainda são alarmantes. São inúmeros os fatores, o despreparo dos professores, a falta de estrutura, a formação inicial, as políticas públicas, dentre outros não elencados.

Alfabetizar e letrar adultos não é o mesmo que alfabetizar e letrar crianças. O educador deve conhecer os princípios andragógicos, pois são estes que norteiam uma educação voltada para a EJA, motivando os alunos a aprender conforme vivenciam necessidades e interesses que a aprendizagem proporcionará em sua vida. Os adultos necessitam também de um atendimento pedagógico individualizado.

O processo de alfabetização e letramento exige, do professor acreditar na capacidade do aluno, dar confiança para que ele acredite em si mesmo, este deve ser o compromisso do educador.

Os programas de alfabetização para jovens e adultos tais como o Brasil Alfabetizado tem proporcionado grandes oportunidades para que este público possa dar continuidade aos seus estudos, no entanto, há que se rever o seu proceder, pois as razões politiqueras ainda interferem, em que a bolsa ofertada aos alfabetizadores pode ser garantia de “voto”. Outro ponto é que este e outros programas devem buscar docentes formados, especialistas na área, pois a formação em nível médio não é suficiente para ensinar.

Constatamos ainda, pelo relato da aluna que os programas são necessários, mas que conforme ensina Freire (1981) é preciso mais que alfabetizar, mas conscientizar estes alunos de sua condição de mundo, levá-los a desenvolver o senso crítico.

Portanto, os profissionais que atuam ou que irão atuar na Educação de Jovens e Adultos, precisam estar atentos, por que, serão eles que irão proporcionar a esses alunos o acesso a cultura letrada, possibilitando aos mesmos participar ativo e criticamente da política e da sociedade. Nosso texto indica, como outros, que é necessário que a escola reveja seu papel, o do professor da EJA, a intenção dos diferentes programas de alfabetização. Denunciamos, portanto, que é URGENTE que olhares se voltem para essa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de (Org). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. 3 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIA, Dóris Santos de. **Alfabetização: práticas e reflexões; subsídios para o alfabetizador**. Dóris Santos de Faria (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER: em três artigos que se completam**. 23º ed. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

_____. **A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER: em três artigos que se completam**. 42º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: um cenário possível para o Brasil**. (2003). Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso em 01 maio de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE,

2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2012.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. **Práticas avaliativas na educação de jovens e adultos em escolas da rede pública de Fortaleza- ce: fator de inclusão escolar?**. 29 de agosto de 2008, 253 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2008.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: continuar... e aprender por toda a vida. In: **TV Escola, Salto para o Futuro**. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

PIERRO, Maria Clara Di. e GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

RIBEIRO, Vera Masagão. (org.) **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil – ALB.

SCÁRDUA, Martha Paiva. **Educadoras populares e EJA: saberes, formação e trabalho pedagógico**. Brasília: 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**/Magda Soares. 5. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

